



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de julho de 2013, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Reunião com a Delegação da Comissão das Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique.
2. (17:00) Audição da Presidente do Instituto Camões - Professora Ana Paula Laborinho.

-
1. Reunião com a Delegação da Comissão das Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique.

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião começando por cumprimentar os membros da delegação e dizer que era uma honra recebê-los e trocar impressões sobre a forma de funcionamento das duas Comissões. Informou que já tinha acertado com o Sr. Deputado Relator, Carlos Jorge Siliya, a forma como decorreriam os trabalhos pelo que iria fazer uma breve apresentação da Comissão, tendo de seguida mencionado a composição, atribuições e competências.

O Sr. Deputado Relator, Carlos Jorge Siliya, agradeceu a forma como foram recebidos e disse que todos os membros da delegação sentem que estão num país com o qual têm laços de amizade de longa data. Disse que Portugal e Moçambique têm uma história comum. A língua portuguesa é o meio de comunicação em todas as províncias moçambicanas. Prosseguiu referindo que a CPLP não pode ser somente um órgão para os Chefes de Estado se encontrarem, têm de ser criadas condições para que os cidadãos sintam que integram esta comunidade. Disse ainda que a delegação sentia que precisava de aprender as boas práticas da democracia portuguesa e que tinham ficado favoravelmente impressionados com a forma como os Deputados portugueses interagem entre si. De seguida falou nas competências da Comissão de Relações Internacionais, tendo destacado o facto de competir ainda a esta Comissão o



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

acompanhamento do controlo dos movimentos de pessoas e bens nas fronteiras e dos refugiados que entram no país. De seguida apresentou os membros da delegação.

Intervieram depois a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS), o Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP), as Sras. Deputadas Mónica Ferro e Ângela Guerra (PSD) e o Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) para cumprimentar a delegação moçambicana, salientar a importância das relações entre os dois parlamentos e manifestar a disponibilidade para cooperarem.

O Sr. Presidente agradeceu, informou do restante programa da visita e despediu-se da delegação da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique.

2. (17:00) Audição da Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. - Professora Ana Paula Laborinho.

O Sr. Presidente deu as boas vindas à Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., Sr.ª Professora Ana Paula Laborinho, e disse que esta audição se realizava no quadro do acompanhamento pela Comissão da política externa e da cooperação, competindo ao Camões executar a política de cooperação portuguesa e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Informou da forma como decorreria a audição e deu a palavra à Sr.ª Presidente do Camões para uma intervenção inicial.

A Sr.ª Presidente do Camões cumprimentou os membros da Comissão e salientou a importância da coordenação e acompanhamento do trabalho do Camões pela Assembleia da República. Começou por referir que teve o desafio de iniciar funções num momento em que se mantém os parceiros tradicionais mas apareceram abordagens inovadoras em matéria de cooperação para o desenvolvimento. Há uma mudança de paradigma que, em vez de se centrar na eficácia da ajuda se centra na eficácia dos resultados. Há uns anos era vista como ajuda exclusivamente pública e cada vez mais se tem em conta outros parceiros, designadamente parceiros privados. O objetivo da ajuda ao desenvolvimento é que estes países deixem de precisar de apoio. Estamos a trabalhar com novos indicadores, mais virados para os resultados e

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

que mereceram da UE uma menção devido à inovação que representam. Também a forma de trabalhar tem mudado bastante, pois cada vez se tem de ter mais em conta a sociedade civil. Referiu ainda a coordenação triangular com outros parceiros, e exemplificou com evento promovido em parceria com a OCDE e em que participaram representantes de 60 países. A concluir referiu que o Camões tem desenvolvido várias ações com a Assembleia da República o que foi aliás objeto de menção em avaliação feita pela OCDE.

A concluir referiu que a fusão do IPAD e do IC foi um trabalho difícil, mas em seu entender, importante.

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) começou por cumprimentar a Sr.ª Presidente do Camões e agradecer a colaboração que o Instituto tem dado ao Grupo Parlamentar sobre população e desenvolvimento. Perguntou depois qual a posição portuguesa em matéria de cooperação na área da saúde e disse que considerava que Portugal tinha especiais responsabilidades pela evolução que fez nos últimos anos em matéria de saúde materna, pelo que, considerou, temos obrigação de partilhar estas boas práticas. Pediu ainda que fizesse um balanço relativamente à fusão dos dois institutos, os ganhos e os riscos deste processo.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) depois de ter cumprimentado a Sr.ª Presidente, perguntou qual a articulação que o Instituto faz com a CPLP. Disse ainda que, enquanto Ministra da Saúde, aprovou programas de cooperação para a saúde, orientados para a capacitação. Portugal teve um desempenho excelente em termos de saúde materna e uma das questões que garantiu o sucesso foi a articulação entre os vários níveis de saúde, mas não vê na lei orgânica do Instituto nem no Conselho Consultivo, um representante desta área.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) disse que o Ministério dos Negócios Estrangeiros fez uma aposta clara na diplomacia económica pelo que a língua portuguesa é um fator de relevante valor económico e questionou sobre a articulação desta questão com a CPLP. A concluir pediu mais dados sobre a reunião realizada em Lisboa pela OCDE sobre cooperação triangular.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Presidente do Camões, Professora Ana Paula Laborinho, disse que a área da saúde é uma das áreas em que Portugal mantém uma relação estreita em termos de cooperação e exemplificou com a situação da Guiné-Bissau onde, apesar da situação, se mantiveram as estruturas existentes. Mencionou também um projeto de telemedicina desenvolvido em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola. O Instituto coordena as políticas de cooperação e trabalha com o Ministério da Saúde ao nível da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como na área de educação e de segurança.

Quanto ao balanço da fusão, disse que não foi uma adepta e que teve muitas dúvidas neste percurso mas a verdade, prosseguiu, é que as coisas têm corrido bem. Considerou que na situação atual é importante garantir que se reduz nas estruturas e não nos projetos. A coordenação do trabalho após a fusão pode ser mais articulada e referiu que Portugal tem uma situação peculiar pois partilha três redes: CPLP; Ibero-americana e europeu.

Um estudo encomendado pelo Camões sobre o potencial económico da língua veio comprovar o que já se supunha e que foi agora quantificado, mas considerou que é necessário desenvolver proximidades com o espanhol.

O Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa procurou definir a política de língua para a CPLP o que tem permitido trabalhar com estes países de uma forma estruturada e deu alguns exemplos dos avanços registados.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) cumprimentou a Sr.ª Professora a quem reconhece o empenho e dedicação nas causas da língua e da cultura. Prosseguiu destacando a importância do ensino do português no estrangeiro de forma a manter-se o universo de falantes de português. O ensino de português no estrangeiro tem sofrido alterações nos últimos tempos, e o que contesta após a introdução da propina é a disparidade entre os países. Disse crer que há alguma injustiça relativa e que se criou um cenário de alguma complexidade e confusão.

Referiu ainda que embora se fale no aumento da qualidade, os professores e os sindicatos têm dito é que apesar da certificação não se tem registado um aumento da qualidade do ensino.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Maria João Ávila (PSD) começou por cumprimentar a Sr.ª Presidente e perguntou se, tendo em conta os cortes que o Orçamento do estado para 2014 trará, tenciona o instituto oferecer livros para as novas inscrições e nos países em que este ano tal não aconteceu. Continuou referindo que os professores nos EUA necessitam de mais formação, pois nem todos estão ligados a Portugal e é necessário dar sinais de apoio.

A Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse que faz parte de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Acordo Ortográfico, que está a concluir os seus trabalhos, pelo que questionou sobre a vivência e a experiência que o Camões tem encontrado relativamente à aplicação deste Acordo. Questionou ainda sobre a não nomeação de conselheiros culturais.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) falou sobre o ensino do português no estrangeiro tendo considerado um avanço significativo o processo de certificação com a realização de exames, permitindo quantificar e qualificar o ensino, o que é relevante para alunos e professores. Disse ainda que se fala atualmente de ensino em países que anteriormente não beneficiavam de qualquer tipo de apoio fundamental. A rede é praticamente a mesma que existia há vários anos. A rede deveria ser adaptada às reais necessidades e dever-se-ia garantir a continuidade dos graus de ensino. Questionou ainda se o plano de incentivo à leitura é para continuar.

A Sr.ª Deputada Maria Paula Cardoso (PSD) começou por perguntar quando é que iremos assumir que a língua portuguesa está na moda e referiu que o português, em 2016, passará a ser a terceira língua a ser utilizada pelo Comité Olímpico Internacional, depois do inglês e do francês.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) falou sobre o ensino do português no estrangeiro e referiu que a redução do número de alunos a quem é cobrada propina é de cerca de 25%, o que implicará uma redução de cerca de 80 professores. Perguntou depois como é que a rede do EPE se está a adequar aos novos fluxos migratórios e

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

exemplificou com o caso do Reino Unido onde se preparam escolas para receber alunos portugueses.

A Sr.ª Presidente do Camões, Professora Ana Paula Laborinho disse que a primeira vocação do Camões era o ensino do português a alunos estrangeiros. Importa saber quem são os nossos alunos, que competências têm e como podemos avaliar o ensino. Temos um sistema de certificação complexo, permite a calibragem internacional destes exames, e a verdade é que os exames que foram feitos tiveram 95% de aprovação nos diferentes níveis. Houve o cuidado de estabelecer critérios rigorosos antes da aplicação das propinas, pelo que foram elencadas as várias situações que permitem a sua redução. Há também uma consequência de responsabilização dos encarregados de educação que é também importante, pois com frequência iniciava-se o ano letivo com um número elevado de alunos que iam desistindo ao longo do ano. A distribuição de manuais visou acabar com a prática de estudo através de fotocópias, distribuindo-se um manual e caderno de exercícios, sendo este último entregue anualmente. Explicitou que para cada nível tem de haver um mínimo de 60 horas e que esse mínimo irá ser cumprido.

Introduzimos o par pedagógico: nas turmas que têm mais alunos são colocados dois professores ao mesmo tempo que podem ocupar-se de mais do que um nível. A fórmula par pedagógico é uma coisa que fazemos muito na rede de Espanha, até porque em Espanha chegamos a ter muitos alunos, sobretudo ao nível do pré-escolar. Em Espanha demos conta que estávamos essencialmente no pré-escolar e no 1º ciclo. Negociámos com as autonomias e, como os nossos professores tinham mais competência para lecionar aos níveis mais avançados, ficaram os níveis iniciais com professores espanhóis. A negociação não retira professores, aliás temos a concurso vários horários para os níveis mais avançados.

Quanto ao Acordo Ortográfico disse que um acordo é fundamental para a internacionalização da língua portuguesa, O processo está a avançar. Há perspetiva de muito em breve aparecer o primeiro vocabulário comum. O caminho tem-se estado a fazer, rematou.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

O Sr. Presidente agradeceu a presença da Sr.ª Presidente do Camões, a sua intervenção inicial e os esclarecimentos prestados que, considerou, são muito relevantes para os trabalhos da Comissão.

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 setembro 2013.

O PRESIDENTE

(ALBERTO MARTINS)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 104/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
António Rodrigues
Basílio Horta
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
José Lino Ramos
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ana Paula Vitorino
Ferro Rodrigues
João Ramos
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares
Helena Pinto
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: